

Contratos e fusões serão mais atraentes para advocacia em 2012

Contratos internacionais, fusões e incorporações deverão ser um campo propício para atuação dos profissionais do Direito de escritórios do Brasil, que se promoverá pelo Centro de Estudos (Cesa), presidido pelo advogado Jockey Clube de São Paulo. E brasileira e eventos como a C corroborar para o aquecimento



"A área empresarial é sempre atraente para advocacia. Mas, em 2012, este campo deve sofrer um aquecimento em virtude de novas fusões por conta do momento econômico privilegiado que o Brasil vive, atraindo muito capital estrangeiro", disse **Décio Policastro**, sócio do escritório Araújo e Policastro Advogados.

ConJur



O advogado ressalta que é preciso aproveitar ao máximo as oportunidades. Para se destacar neste campo, é importante que as empresas e os advogados tenham acesso ao SuperCade. Além disso, a busca por um bom negócio. Muitos desistem por esta via", afirmou Policastro.

Para o advogado **Antonio Correa Meyer**, do escritório Machado Meyer Sendacz Opice Advogados, os próximos anos podem representar um momento ímpar para os negócios da advocacia. "A Copa do Mundo e as Olimpíadas requerem uma série de investimentos em infra-estrutura. O advogado será requisitado para atuar na celebração de contratos e licitações. Somente nestes dois eventos podemos projetar um campo fértil para atuação da advocacia até 2014".

ConJur



Dentro da área dos contratos, um segmento que deve se expandir e portanto apresentar boas oportunidades é o franchising, diz o advogado e presidente da OAB-SP, **Luiz Flávio Borges D'Urso**. "O cenário econômico no Brasil tem atraído investimentos internacionais e muitos vem por esta modalidade. No próximo ano, deve haver grande demanda para advogados", afirma ele.

Advocacia sustentável

Durante a festa de encerramento das atividades do Cesa, que

contou com a presença de 1.200 pessoas, foi lançado o *Guia da Advocacia Sustentável*, coordenado pelo Centro de Estudos. O *Guia da Advocacia Sustentável* tem foco em sete temas centrais: Governança Organizacional, Direitos Humanos, Práticas de Trabalho, Meio Ambiente, Práticas Leais de Operação, Questões relativas ao Consumidor e Envolvimento e Desenvolvimento da Comunidade. Ele é resultado de estudos feitos durante dois anos, em que foram avaliadas as diretrizes e questões sobre responsabilidade social apontadas na norma internacional ISO 26000.

ConJur



Para o advogado **Eduardo Pannunzio**, os escritórios precisam adotar em seus planejamentos de médio e longo prazo medidas que lhes possibilitem serem sustentáveis não só do ponto de vista financeiro, mas também do social. “Primeiro: Em virtude da própria responsabilidade que um escritório de advocacia e demais empresas devem assumir perante a sociedade. Segundo: Porque do ponto de vista mercadológico, hoje as empresas procuram estabelecer relações comerciais com advocacias que cultivam esse ponto de vista”, justifica.

Eduardo Pannunzio diz que as iniciativas de transparência e responsabilidade social e ambiental praticadas pelas grandes empresas acabam tendo uma reação em cadeia que afeta a todos os que se relacionam com ela, inclusive a advocacia.

Date Created

09/12/2011